



SALA DE IMPRENSA DA SANTA SÉ

**EMBARGO**

até na hora em que o texto é pronunciado  
confira com o texto pronunciado

**5**

**BERLIN - 23.09.2011 - 09:00**

**Nunciatura Apostólica**

**Encontro com os representantes da Comunidade Muçulmana**

### **Tradução oficial**

Queridos amigos muçulmanos,

É um prazer encontrar-me convosco aqui, hoje, e poder saudar a todos vós, Representantes de diversas comunidades muçulmanas presentes na Alemanha. De coração agradeço ao professor Mouhanad Khorchide as suas amáveis palavras de sudação, que manifestam como se desenvolveu uma atmosfera de respeito e confiança entre a Igreja Católica e as comunidades muçulmanas na Alemanha.

Berlim constitui um lugar propício para tal encontro, não só porque se encontra aqui a mesquita mais antiga em solo alemão, mas também porque, de entre todas as cidades da Alemanha, Berlim é aquela onde vive o maior número de muçulmanos.

A partir dos Anos Setenta, a presença de numerosas famílias muçulmanas foi-se tornando cada vez mais um traço distintivo desta Nação. Contudo, será necessário empenhar-se constantemente por um melhor e recíproco conhecimento e compreensão. Isto é essencial não só para uma convivência pacífica, mas também para a contribuição que cada um é capaz de dar para a construção do bem comum no âmbito de uma mesma sociedade.

Muitos muçulmanos atribuem grande importância à dimensão religiosa. Às vezes, isto é interpretado como uma provocação, numa sociedade que tende a marginalizar este aspecto ou, quando muito, admiti-lo na esfera das opções pessoais dos indivíduos.

A Igreja Católica empenha-se, firmemente, para que seja dado o justo reconhecimento à dimensão pública da pertença religiosa. Trata-se de uma exigência que não se torna irrelevante pelo facto de aparecer no contexto duma sociedade maioritariamente pluralista. Com efeito, é necessário estar atento para que se mantenha sempre o respeito do outro. Mas o respeito recíproco cresce somente na base de um entendimento sobre alguns valores inalienáveis, próprios da natureza humana, sobretudo a dignidade inviolável de toda a pessoa. Tal entendimento não limita a expressão das diversas religiões; pelo contrário, permite a cada um testemunhar e propor aquilo em que crê, não se subtraindo ao confronto com o outro.

Na Alemanha – como aliás noutros países, e não só ocidentais –, tal quadro comum de referência é constituído pela Constituição, cujo conteúdo jurídico é vinculativo para todo o cidadão, pertença ele ou não a uma confissão religiosa.

Naturalmente, mantém-se amplo e sempre aberto o debate sobre a melhor formulação de princípios como a liberdade de culto público, mas é significativo o facto de os exprimir validamente ainda hoje – sessenta anos depois – a Lei Fundamental (cf. art. 4, 2). Nela encontramos expressa, primariamente, aquela ética comum que está na base da convivência civil e que, de algum modo, indica também as regras, formais só na aparência, do funcionamento dos organismos institucionais e da vida democrática.

Poderíamos perguntar-nos como pode um texto assim, elaborado numa época histórica radicalmente diferente e numa situação cultural quase uniformemente cristã, mostrar-se adequado para a Alemanha actual, que vive no contexto dum mundo globalizado e se caracteriza por um notável pluralismo em matéria de convicções religiosas.

Parece-me que a razão disso está no facto de, naquele momento importante, os pais da Lei Fundamental terem tido plena consciência de dever procurar um terreno firme onde se pudessem reconhecer todos os cidadãos. Procedendo assim, não prescindiam da sua própria pertença religiosa; antes, para muitos deles, a visão cristã do homem era a verdadeira força inspiradora. Mas sabiam que deviam confrontar-se com homens de base confessional diversa ou até mesmo não religiosa: o terreno comum foi encontrado no reconhecimento de alguns direitos inalienáveis, que são próprios da natureza humana e antecedem qualquer formulação positiva.

Deste modo, uma sociedade substancialmente homogénea colocou o fundamento que hoje reconhecemos válido para um mundo marcado pelo pluralismo. Fundamento esse, que na realidade indica também limites evidentes a tal pluralismo: de facto, não é concebível que uma sociedade se possa manter a longo prazo sem um consenso sobre os valores éticos fundamentais.

Queridos amigos, na base de quanto acabei de acenar, penso que seja possível uma colaboração fecunda entre cristãos e muçulmanos e, desta forma, contribuirmos para a construção duma sociedade que, sob muitos aspectos, será diferente daquilo que trouxemos connosco do passado. Enquanto pessoas religiosas, podemos, a partir das respectivas convicções, dar um testemunho importante em muitos sectores cruciais da vida social. Penso, por exemplo, na tutela da família fundada sobre o matrimónio, no respeito da vida em cada fase do seu decurso natural, ou na promoção duma justiça social mais ampla.

Por isso mesmo, considero importante celebrar um Dia de reflexão, diálogo e oração pela paz e a justiça no mundo; e queremos fazê-lo no próximo dia 27 de Outubro, vinte e cinco anos depois do histórico encontro de Assis, guiado pelo meu Predecessor, o Beato João Paulo II. Queremos, por meio desse encontro, mostrar com simplicidade que prestamos, como pessoas religiosas, a nossa contribuição particular para a construção de um mundo melhor, reconhecendo ao mesmo tempo a necessidade de crescer no diálogo e na estima recíproca, tendo em vista a eficácia da nossa acção.

Com estes sentimentos, renovo a minha saudação cordial e vos agradeço por este encontro, que enriquece esta estadia na minha pátria. Obrigado pela vossa atenção!

---